

Perdedores e ganhadores

Funciona como uma verdadeira reforma fiscal o fundo de valorização do magistério a ser implantado, em todo o país, a partir de primeiro de janeiro. Estados e municípios receberão transferências de verbas para a educação de acordo com o número de alunos matriculados nas escolas, e com estes recursos poderão aumentar o salário do professor, melhorar as condições de ensino e garantir a real aplicação do orçamento da educação em projetos da área. As autoridades federais crêem que o novo sistema impede desvios das verbas da educação. É comum, por exemplo, a aplicação de recursos do setor em construção de estradas só porque estas passam na porta da escola.

Sendo, portanto, um mecanismo que fará o dinheiro se transferir de um lado para o outro, haverá perdedores e ganhadores, entre estados e municípios, com a entrada em vigor do fundo. E a regra não distinguirá o partido político do governador ou do prefeito. Tucanos importantes, como Marcello Alencar, Tasso Jereissati, aliados preciosos do PMDB, como Antonio Britto, todos candidatos à reeleição, vão perder verbas, mas Mário Covas, que diz não ser candidato, vai ganhar, e muito. O prefeito Luiz Paulo Conde, do PFL, vai ganhar, e Celso Pitta, de São Paulo, também. Belo Horizonte fica com suas contas empatadas.

E como toda a política está centrada no princípio de que ninguém terá menos verbas do que o mínimo de R\$ 315,00 por aluno matriculado, o governo federal também vai ter que destinar entre R\$ 500 e R\$ 700 milhões a este programa para complementar orçamentos em alguns municípios, especialmente do Nordeste.

Os governadores – os mais ativos foram os do Ceará, do Rio Grande do Sul e da Bahia –, forçaram, com a pressão sobre suas bancadas no Congresso, em 1996, o adiamento de 97 para 98 da implantação desta reforma. Deputados do PT também tentaram, em meados deste ano e, nos dois dias finais de trabalho do Supremo Tribunal Federal, antes do recesso do Judiciário da semana passada, embargar a entrada em vigor da emenda constitucional, sem êxito. O fundo será 100% implantado a partir de primeiro de janeiro, e quem quiser pode esperar à vontade: o repasse de verba obedecerá ao censo escolar.

Uma valiosa planilha de perdas e ganhos, que está sendo mantida sob sigilo como preciosidade política em ano eleitoral, foi elaborada pelo Ministério da Educação, há dez dias, e entregue ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao Ministério da Fazenda.

Em números totais, os estados ganham R\$ 927.201,14, e perdem R\$ 936.734,26, ficando portanto com um saldo negativo – perdas para seus municípios – de R\$ 9.533,12. Os municípios ganham R\$ 1.271.021,10 e perdem para os estados R\$ 881.503,97, deixando um saldo positivo, que favorece as prefeituras, de R\$ 389.517,13.

Os dez maiores perdedores, segundo a planilha, são os seguintes: O Rio de Janeiro é, realmente, o estado que mais perde, R\$ 329.441,20, exato valor a ser transferido como vantagem para os municípios do estado. Depois de Marcello Alencar, o governador que mais perde é Tasso Jereissati, do Ceará: R\$ 107.198,75. Em seguida, a maior perda é do governo do Paraná, R\$ 72.352,22.

Pernambuco é o quarto em perdas, redistribuindo aos municípios do estado R\$ 66.805,09. A Bahia é o quinto, com uma perda de R\$ 58.262,73. Estados governados pelo PMDB, Alagoas perde R\$ 52.351,64, e o Rio Grande do Sul R\$ 53.535,42. Maranhão, Paraíba e Sergipe perdem cerca de R\$ 27 milhões cada um. Com exceção de Miguel Arraes, governador de Pernambuco, todos os perdedores são aliados de Fernando Henrique na campanha eleitoral de 98.

Entre os principais ganhadores está o Estado de São Paulo, que vai receber R\$ 679.848,87, dinheiro que antes estava nas mãos dos seus municípios. Mas esta justiça educativo-tributária não contribuiu ainda para melhorar o humor do governador Mário Covas com a distribuição das verbas federais. Em seu nome, o diretório regional do PSDB decidiu até enviar carta de cobrança ao presidente da República, reclamando contra a parcimônia com que o governo federal atende aos pleitos do governador.

Minas Gerais, sob o comando do também tucano Eduardo Azevedo, candidato à reeleição, ganha exatos R\$ 146.913,50. O Pará do tucano Almir Gabriel ganha R\$ 45.697,17. O Rio, capital, é um dos municípios que mais ganham, pois sustenta a maior rede de ensino: R\$ 200 milhões. A capital de São Paulo também vai ganhar com a redistribuição de verbas, aproximadamente R\$ 100 milhões.

O governador Marcello Alencar, isto fica claramente demonstrado em todos os estudos preliminares, foi o mais prejudicado. Justiça seja feita, ele sempre argumentou, nas suas conversas com o governo federal, que não bombardearia o fundo, mas deixava também sempre clara a necessidade de haver uma compensação. Tanto o ministro Paulo Renato Souza, da Educação, anteriormente, como o presidente Fernando Henrique, agora, disseram ao governador que o pleito de compensação das perdas na rolagem da dívida do estado é justo.

Mas falta agora todos combinarem com os Pedros, Malan e Parente, no Ministério da Fazenda, onde as resistências são tantas que já estão provocando insinuações maldosas sobre a administração do Rio. Uma delas é que não há necessidade de compensações pois, se o estado do Rio está perdendo verbas, é porque não tinha alunos, e se não tinha, o dinheiro da educação estava sendo desviado para outras áreas.

Uma planilha está sendo mantida sob sigilo como preciosidade política em ano eleitoral.